



ATA Nº 03/2019 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às treze horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, sito na Rua 1822, nº 1510, os(as) seguintes **conselheiros(as)** do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Aline Cristina Grinwald (Titular/Fundação Municipal de Esportes); Acassia A. Rodrigues (Titular/Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social); Ana Carolina Lemos (Titular/Secretaria de Educação); Sarita Kosloski (Titular/Secretaria de Planejamento); Taísa Duwe (Titular/Procuradoria); Fabricio P. de Melo (Titular/Secretaria de Segurança Pública); Manon de Aguiar Jr. (Titular/Amor pra Down); Maria Aparecida (AFADEFI); Clever G. Lamin (Titular/ASBAC); Ana Claudia (Suplente/ASBAC); Enio Gomes (Titular/ECG Helen Keller); Eliana Faria (Titular/APAE) e Rafaela Cruz Inácio (Titular/ICED). Contando com a presença de **outros participantes**: Sr. Dalmir (ADVIR); Luiz Henrique de Melo (CREFITO 10); Gévelyn Cássia Almeida (Fundação Municipal de Esportes); Sarita (Central LIBRAS); Ketlin da Rosa (Casa dos Conselhos) e Victor Liz Pereira (SDIS). Dando início à reunião, Presidente Jéssica cumprimenta os presentes dando as boas vindas a todos. Na sequência cada um dos participantes se apresenta ao grande grupo. Presidente Jéssica fala da importância deste dia como final de um ciclo e início de um novo ciclo e explica que foi feita uma pauta mais enxuta para poder fazer neste dia a Eleição da nova Mesa Diretora, com o auxílio da representante Ketlin, Diretora da Casa dos Conselhos. É passada a **lista de presença**. Após, Presidente Jéssica procede à leitura da **Ata Nº 02/2019**, da reunião ordinária do dia vinte e oito de março, sendo solicitada a seguinte **RATIFICAÇÃO**: a conselheira Eliana Faria, representante da entidade APAE estava presente na reunião ordinária do dia vinte e oito de março. Após leitura da ata, Presidente Jéssica explica que a ata acabou ficando um pouco comprometida por ter corrompido o áudio com o qual o Secretariado Executivo redige a mesma, por este motivo é colocado em deliberação da plenária, **sendo aprovada por unanimidade a Ata 02/2019**, na sequência a mesma é passada para ser assinada pelos conselheiros presentes. Passa-se então ao item da pauta referente aos **ofícios expedidos e recebidos**: Ofício Nº 112/2019, do dia dez de maio, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitando, até dia dezessete de maio, emissão de parecer referente ao Projeto "Parque Adaptado e Itinerante para a Rede Municipal de Ensino", da Secretaria de Educação; Ofício Nº 076/2019 anexo, do dia quatro de abril, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminhando cópia do projeto supracitado. Presidente Jéssica lembra que esse projeto foi encaminhado a todos os conselheiros, junto com a convocação e a pauta desta reunião, para que pudessem ler antes e hoje viessemos para deliberar a respeito do mesmo; Indicação de ICED para conselheiros, como titular Rafaela da Cruz Inácio, e como suplente Cleiton Freitas; Indicação de conselheiros da Escola de Cães Guias Helen Keller, como titular Enio Gomes e como suplente Daniel Picoloto Bernardini; Indicação de conselheiros da AFADEFI: como titular Maria Aparecida Nunes da Silva e como suplente Valdeci Matias; Ofício nº 85/2019 da OAB, indicando os seguintes representantes: como titular Guilherme Junk Cattani e como suplente



Gasparino Siqueira Correa, Presidente esclarece que eles ainda não se apresentaram; Indicação dos representantes da Associação de Deficientes Visuais de Itajaí e Região - ADVIR: como titular Alvacir Paulo da Silva e como suplente Jairton Fabini Domingos; Indicação da Associação Amor pra Down: como titular Jéssica P. Cardozo e como suplente Wilson Reginatto Junior; Ofício nº 0292/2019 da Secretaria de Educação indicando os representantes: titular Kelly Adriane Rodrigues Mello Trentin e como suplente Sandra Gleize Hoffmann Silva; Ofício nº 0545/2019 da Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, indicando os representantes: titular Sarita Kosloski e suplente Aurea Patricia Bittencourt; Requerimento de justificativa da Secretaria de Planejamento, sobre a falta da representante Rosana Sebold na reunião do dia vinte e cinco de abril, por problemas de saúde; Ofício nº 276/2019 da Fundação Municipal de Esportes, solicitando que seja informada a frequência e assiduidade dos conselheiros e indicando seus representantes: como titular Gévelyn Cássia Almeida Quadros e como suplente Aline Cristina Grinwald; Ofício nº 3082019 da Equipe Técnica de Gestão do SUAS da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, indicando suas representantes: como titular Acassia Amorim Rodrigues e como suplente Cristina Aparecida Machado Bitencourt. **Ofícios expedidos:** Ofício nº 01/2019 do dia quatorze de março, encaminhado ao Presidente da Câmara de Vereadores, solicitando alteração da data de uso da plenária da Câmara de Vereadores para o dia 25 de abril, das treze às dezessete horas, para realização do Fórum das entidades não governamentais deste Conselho e Ofício nº 04/2019 do dia quatro de abril, encaminhado à Secretária de Desenvolvimento e Inclusão Social, Sra. Christina Barrichello, solicitando audiência para esclarecimentos referentes às informações recebidas referentes à tramitação de projeto destinado a implementar ações voltadas ao trabalho para pessoas com deficiência sem o diálogo com este Conselho e sobre a importância da participação dos representantes da Secretaria nas reuniões. Presidente Jéssica esclarece que temos que trabalhar pelo conselho enquanto grupo social, enquanto coletivo e que foi encaminhado ofício em fevereiro, e em abril novamente solicitando audiência mas ainda não recebemos resposta. Representante da SDIS informa que está sendo elaborada a resposta para esse ofício. Representante do CREFITO questiona se a entidade enviou algum ofício, para o qual a conselheira Ketlin informa que a entidade enviou a indicação do titular no dia quatorze, mas no dia seguinte solicitaram alteração do titular indicado, e na falta de novo ofício de indicação, foi informada, ao CREFITO, a data da próxima reunião no mês de junho para que encaminhe a indicação dos representantes. Presidente Jéssica incentiva, mesmo assim, a participação do representante Luiz Henrique. Presidente Jéssica faz uma observação, informando que já foi deliberado no ano passado que as reuniões do Conselho iniciam às treze horas e quarenta e cinco minutos, não mais às quatorze horas como era habitual e informa para os novos representantes que as reuniões ordinárias do conselho acontecem sempre na terceira quinta-feira de cada mês, sempre iniciando às treze horas e quarenta e cinco minutos e concluindo às dezesseis horas e trinta minutos. Dando continuidade à pauta, passa-se à **discussão sobre a Central de Intérprete de LIBRAS**. Jéssica explica que, quando foi elaborada a pauta, não tinham passado ainda pela apresentação de ontem, em que a



Secretaria de Inclusão Social convidou as entidades não governamentais para fazer apresentação do Núcleo de Direitos da Pessoa com Deficiência e apresentaram também a proposta da Central de Intérprete de LIBRAS. Jéssica manifesta o desconforto ao receber a notícia de algo que foi tão batalhado pelo conselho, vindo por ofício por mensagem de whatsapp, sendo uma demanda nossa, tendo sido formada uma Comissão de LIBRAS, conversando com as pessoas, tendo feito visita técnica, colocando nosso tempo a disposição para construir o projeto, o trabalho das pessoas da comissão e, de repente recebemos uma notícia tão importante, tão maravilhosa por whatsapp. Afirma que o importante é que saiu e manifesta a necessidade de se refletir nas instituições, e principalmente nas pastas, nas secretarias municipais, a forma como se vem comunicando aqueles projetos que vem saindo do papel. Fala também que com certeza estão muito felizes pela Central de LIBRAS, o pessoal da ASBAC, Ana e Cleber e Sarita que tinha esse sonho antigo da Central. Na sequência passa a palavra à conselheira Sarita, a qual fala da luta do projeto da Central de LIBRAS, que já faz muitos anos, desde 2011 ela vinha batalhando, esse projeto foi engavetado e ela passou um tempo trabalhando no Município e no Estado e quando retornou em 2016 ela pediu para tirar o projeto da gaveta e deram continuidade e esclarece que ela não participava do Conselho na época e, assim como o conselho trabalhou por essa questão, ela também estava levando essa solicitação à Câmara de Vereadores, colhendo as assinaturas de todos eles desde o princípio. Fala que quando foi formada a Comissão de LIBRAS ela já era efetiva no Município e não foi informada, para o qual Presidente Jéssica informa que a comissão foi formada pelos conselheiros e pelos ouvintes que se propuseram a fazer parte. Sarita expressa que se tivessem informado ela, poderia ter participado dessa comissão e que o único integrante de LIBRAS era só o Clever. Presidente, conselheiro Dalmir e conselheira Gévelyn informam que não era só Clever, que tinha mais duas pessoas, uma delas intérprete, estagiária Samara cedida pela Secretaria de Administração e além do Clever tinha também o representante Anderson. Sarita questiona por quê chamaram uma estagiária da Prefeitura e não ela, para o qual é esclarecido que o conselho não chamou, foi a Prefeitura que enviou. Presidente Jéssica, esclarece que a questão não é quem fez o projeto ou não, e que a pauta não é essa e sim para apresentar para os conselheiros, e deixa claro que quando fala um projeto nosso está se referindo a todos. Diante da fala da conselheira Sarita se referindo à análise do projeto, após sair daqui, para ser feito o Decreto, Jéssica acrescenta que nós também tivemos reuniões com Vereadores, também estivemos na Câmara, e que "é nosso" e é isso que tem que ser considerado. Diante da insistência da conselheira Sarita na importância de citar os nomes dos autores do projeto, Jéssica reitera que tudo que se faz aqui "é nosso" e a ideia não é o mérito pois o importante é que ele seja contemplado e esclarece aos que não estavam na época que tínhamos uma intérprete, que foi a solução que a Secretaria de Administração, por não querer contratar um intérprete, nos entregou, alegando que tinha uma estagiária intérprete, com pessoa com deficiência auditiva na família e que podia fazer interpretação para o conselho. Presidente passa a palavra ao conselheiro Dalmir o qual explica que na primeira reunião que ele participou, tinha uma pessoa com deficiência auditiva e outra com



deficiência visual e ele questionou se tinha algum intérprete de LIBRAS e se tinha algum instrumento para deficiente visual, pois alguns deficientes visuais precisam de apoio e ele lembra que falou "então acaba com a reunião" e houve um questionamento de como iriam fazer para conseguir intérprete e foi assim que iniciou esse trabalho, da formação da comissão que foi criada com o apoio da Casa dos Conselhos. Jéssica informa que, antes da chegada do Sr. Dalmir, tinham a cedência de intérpretes da Secretaria de Educação. Sr. Dalmir afirma que o primeiro que percebeu foi das necessidades do conselho. Jéssica afirma que foram muitas as solicitações feitas ao Poder Público e muitas vezes ela ia escrevendo para que os deficientes auditivos pudessem acompanhar a reunião o qual chateava ela no sentido de não estar garantindo um direito mínimo de acessibilidade. Conselheira Ana, surda, representante da ASBAC, se apresenta ao grande grupo e fala a respeito da discussão da Central de LIBRAS, manifesta que sempre existem as falhas, os problemas, mas que a Central agora é oficial e é hora de começar, agora tem a Sarita, ASBAC, está tendo inclusão, agora está tudo certo, afirma que ela está junto e vai participar e tem vontade de lutar e está vendo esse problema que sempre existiu, e a discussão aqui mas precisa da Central de LIBRAS. Presidente Jéssica expressa que vai ser muito legal poder contar com Ana agora no conselho e com o retorno do Clever também. Presidente Jéssica procede a explicação do que lhe fora apresentado objetivamente: a Central de LIBRAS começou, por enquanto com um profissional, e já existe um número de telefone no qual pode ser ligado e agendado com quarenta e oito horas de antecedência e vai acompanhar a pessoa com deficiência auditiva no contexto que ela precisar, seja em posto de saúde, lojas, comércio, serviços do município, e fala na alegria de um projeto de tantos anos se concretizando, isso é o foco. Passa-se então ao **item da pauta referente à discussão do ofício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Jéssica questiona se há alguma questão a ser discutida, pois foi encaminhado por e-mail para análise, para deliberar de forma mais rápida e objetiva. Explica que o CMDCA encaminhou ao conselho um projeto da Secretaria de Educação para estabelecimento de um parque adaptado e itinerante para a Rede Municipal de Ensino. Alguns conselheiros manifestaram que não conseguiram abrir. Alguns conselheiros questionam a respeito do grupo de whatsapp. No que diz respeito ao grupo de whatsapp, representante Ketlin explica que não foram acrescentados ainda os contatos dos novos representantes porque não tinha sido oficializada a indicação dos mesmos, pois os ofícios chegaram nestes últimos dias, inclusive quatro deles foram recebidos neste dia da reunião, mas garante que para a próxima reunião a documentação já estará sendo encaminhada no grupo do qual eles estarão fazendo parte. Jéssica informa que os que fizeram inscrição no fórum em abril, recebeu o e-mail de convocação, a indicação de deferimento da inscrição e também a convocação para estar hoje aqui e, com a convocação, o envio desse projeto. Jéssica explica que foi enviado da Secretaria de Educação para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a área de proteção na inclusão escolar de alunos com e sem deficiência, público atendido pelo programa seriam 10.800 (dez mil e oitocentos) alunos do Ensino Fundamental e 4.500 (quatro mil e quinhentos) alunos de Educação Infantil do sexo feminino e masculino, sendo



crianças e adolescentes. Informa a composição do quadro funcional. Fala sobre a lei de planejamento e urbanização das vias públicas dos parques e demais espaços que devem ser acessíveis para todas as pessoas, sobre a qual está fundamentado o projeto. O objetivo é proporcionar a inclusão de todos os alunos na interação e diversão proporcionando novas experiências cognitivas, motoras e sensoriais e eliminar barreiras de acessibilidade em todos os ambientes. Jéssica procede à leitura da metodologia e prazo de justificativa que deve ser encaminhado ao Departamento de Educação Especial para organização do cronograma. Informa que cada unidade de ensino deverá fazer uma avaliação final após utilização do parque, sendo utilizado pelos Núcleos de Educação Infantil e Centros de Educação Municipais da Rede. Consta em anexo uma proposta comercial da empresa InMovi que trabalha no desenvolvimento de produtos inclusivos voltados a crianças com deficiência com o objetivo de difundir a inclusão na diversão. Consta a legislação, benefícios e vantagens e explica os equipamentos inclusivos para lazer. Skate inclusivo, a tirolesa despertar, com um colete de sustentação, o balanço para cadeirante, a gangorra inclusiva, sendo que em uma das extremidades possui uma estrutura para uma cadeira de rodas. Constan os valores: balanço R\$ 5.299,00, (cinco mil, duzentos e noventa e nove reais) a gangorra inclusiva R\$ 5.299,00 (cinco mil, duzentos e noventa e nove reais), o skate inclusivo R\$ 4.799,00 (quatro mil, setecentos e noventa e nove reais) e a tirolesa R\$ 4.799,00 (quatro mil, setecentos e noventa e nove reais), sendo essa a proposta da empresa, mediante a solicitação da Secretaria de Educação, sendo o prazo de entrega de sessenta dias, com a realização do pagamento trinta dias após aprovação do pedido, com uma garantia de seis meses contra defeitos de fabricação e todos os itens vem com manual de instrução para montagem e todos os produtos são patenteados e garantem diversão e desenvolvimento terapêutico. Tem em anexo uma declaração da Fecomércio que é a Federação do Comércio de bens, serviços e Turismo do Paraná, referente à patente desses brinquedos. Conselheira Aline questiona sobre a metodologia referente à utilização e montagem do parque, a qual não consta na documentação que foi encaminhada por e-mail, o que deixava dúvidas, como se era um parque para cada escola, se eram brinquedos que iriam ser transportados ou um espaço fixo específico para utilização de todas as unidades, para o qual Presidente Jéssica afirma que ela também reparou na falta da metodologia e acredita que, por se tratar de um e-mail no qual foram escaneadas as folhas do projeto, pode ter acontecido de ter faltado a folha com a metodologia que acabaram de ler, ficando claro agora para todos. Jéssica questiona de onde vem o recurso e se é do conselho, para o qual é informado que é recurso do FIA, e por isso foi encaminhado ao Conselho da Criança e do Adolescente, o qual encaminhou ao CMDPD para apreciação por envolver questões que competem a este conselho. Jéssica explica que precisam dar um retorno para o CMDCA. Após, é colocado em deliberação da plenária. Gévelyn informa que tem outra empresa, de Cascavel/PR, da qual a Fundação Municipal de Esportes comprou um balanço e foi colocado no projeto da praia acessível nos dois anos que teve, e eles têm um conjunto de materiais acessíveis. Gévelyn mostra uma foto dela mesma andando no balanço e sugere que seja feita uma nova consulta de valores, para ter uma outra opção. É esclarecido que a empresa da qual a FME adquiriu o



material, conta com uma variedade de outros materiais inclusivos e alguns deles podem ser adquiridos para esse parque, como por exemplo o painel de coordenação motora, tem o mini voleibol, e outros materiais que podem ser levados para dentro das escolas, portanto Gevelyn afirma que esses materiais poderiam complementar esse projeto. Conselheiro manifesta que, sendo aprovado o projeto o conselho pode até recomendar, pois na hora de comprar vão precisar de três orçamentos. Ketlin esclarece que como vai ser pelo FIA, não poderão ser comprados itens diferentes dos que forem constar no projeto. Conselheiros sugerem que seja solicitada uma nova avaliação, citando o nome da outra empresa, justificando que tem outros materiais. **A plenária delibera pela aprovação do projeto do Parque Adaptado e Itinerante para a Rede Municipal de Ensino, com a sugestão de entrar em contato com outras empresas para pesquisar preços desses e de outros materiais, inclusive com a empresa que forneceu o material à Fundação Municipal de Esportes, sugerindo ficar com uma base fixa e outra itinerante.** Passa-se então ao item da pauta referente à discussão sobre a Reforma Administrativa. Presidente fala que um dos questionamentos é se o Núcleo seria contemplado na Reforma Administrativa, conforme vem sendo falado com o Prefeito. Após, passa a palavra à representante Ketlin a qual explica que irá falar sobre o trâmite legal, a reforma e o histórico. Informa que a Reforma Administrativa foi encaminhada no início do ano passado e foi pedido o que eles chamam de diligência na Câmara de Vereadores, o Regimento da Câmara não prevê o tempo, então ficou em diligência esse tempo todo e agora foi liberado, já passou pela primeira comissão que é a Comissão de Constituição e Justiça, sendo que já foi aprovado, então ele foi para cinco comissões, sendo que duas comissões já deram pela aprovação do projeto e esse é o momento de fazer as emendas, então se o Conselho tem alguma retificação para fazer na reforma, precisa solicitar ao Poder Executivo ou a alguns Vereadores para fazer essa emenda no projeto, pois aprovadas as emendas, elas vão para o texto final do projeto. Ketlin lembra que a Reforma Administrativa mexe com a estrutura dos cargos comissionados e como vai funcionar a gestão dentro das Secretarias, sendo que ela não vai mexer com a estrutura dos cargos efetivos porque é muito mais complexo. Informa que para todos os cargos está especificada a exigência deles e em alguns deles é exigido que sejam servidores efetivos, principalmente a parte técnica. Ketlin acredita que em mais duas semanas estará pronto para votação, ficando a cargo do Presidente colocar ou não para votação. Na continuidade é passada a palavra ao representante Victor, o qual informa que conversou com a Secretária, no que diz respeito à institucionalização do Núcleo da Pessoa com Deficiência, ele passou os dados para ela do Núcleo, como estaria funcionando dentro da Secretaria como repartição. Dentro das demandas totais da Secretaria, dos diversos Departamentos ela então selecionou um núcleo para estar sendo contemplado na Reforma Administrativa em si, para institucionalização do Núcleo. Victor abre um espaço para dúvidas dos conselheiros. É feita uma observação referente ao projeto da Secretaria, Abraço à Pessoa com Deficiência, sendo que o projeto vai nos dar muita visibilidade e principalmente vai ajudar na formação do núcleo, que é um Decreto do Executivo, sendo que a institucionalização do núcleo faz parte da reforma administrativa, mas o projeto irá



contemplar as pessoas que estarão responsáveis pelo núcleo de maneira institucionalizada e depois vai para Câmara para que esse Decreto seja aprovado por Lei para manter o trabalho do núcleo daqui pra frente, assim que ele for instaurado. Presidente Jéssica afirma que fica a preocupação realmente que esse núcleo seja uma iniciativa de política pública mesmo, de Estado e não de Governo, que isso implique em não ser um projeto de um Prefeito, de um mandato único, mas que isso realmente seja consolidado na política pública de atenção à pessoa com deficiência dentro do município e que não seja objeto de disputa ou de troca ou que desvirtue o real sentido dele. Então a preocupação é que essa administração conduza a constituição desse núcleo de uma forma que ele seja permanente, independente de quem está aqui trabalhando nele ou de quem tenha a gestão do município. Então o nosso cuidado é esse. Jéssica traz um histórico, que já falou repetidas vezes, numa conversa inicial o núcleo seria contemplado dentro da reforma administrativa na Secretaria da Pessoa Idosa, então essa também foi uma discussão que o conselho teve com o representante da reforma administrativa que foi indicado pelo Prefeito para que a gente conversasse. Jéssica informa que esteve lá com a conselheira Taísa, depois esteve sozinha e informa que refletiram com eles que não faria sentido até então a pessoa com deficiência ficar vinculada a uma pasta como a do idoso. Elas entendem que a pessoa com deficiência com todo um histórico de vulnerabilidade e por tudo que vem buscando conquistar mediante a efetivação dos direitos que já são garantidos, deveria ficar na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. Jéssica agradece mais uma vez à Administração Pública por terem realmente acolhido a indicação de que esse núcleo faça parte da Inclusão e não do Idoso. Após, é aberto para dúvidas e colocações. Conselheiras manifestam que nas redes sociais tem muita informação referente ao Abraço ao Idoso e bem pouco, ou o básico do deficiente e que precisa mais divulgação para a pessoa com deficiência. Também é feita a colocação da falta de uma janela de intérprete para os surdos nas redes sociais onde aparece esse tipo de informação. Conselheiro Clever também manifesta que viu muita informação a respeito da pessoa idosa, tal vez porque tem mais verba, e da pessoa com deficiência fica parado um ano ou dois anos porque não tem verba. Questiona qual o motivo pelo qual enquanto tem tanta verba para o idoso e para aquela secretaria e não tem para as pessoas com deficiência e fala que precisa nivelar e que precisam estar sempre cobrando e em contato. Conselheiro fala para Clever que estão iniciando esse processo para atender as demandas que o conselheiro Clever acabou de comentar, e aos poucos irão se fortalecendo e que a divulgação nas mídias virá junto com o trabalho que o conselho está fazendo, informa que saiu o conteúdo na mídia sobre a reunião de ontem e que precisa do apoio de todos. Fala também que tem o objetivo de poder ter a Secretaria da Pessoa com Deficiência e que hoje se fala mais do idoso porque tem a Secretaria da Pessoa Idosa, pois fica muito mais fácil quando se tem uma entidade ou uma repartição pública que trata de determinado assunto, então, com a institucionalização do núcleo o objetivo é ir ganhando força aos poucos para que no futuro possa existir a Secretaria. Jéssica se posiciona de forma contrária, alegando que não precisa da Secretaria e que foi isso que ela comentou ontem, o que já foi pauta de inúmeras discussões porque a pessoa com deficiência deve fazer parte

Leitões



de todas as políticas públicas de todas as Secretarias municipais, então ela tem que ser contemplada e discutida dentro do Conselho da Criança e do Adolescente, dentro da Secretaria de Educação, dentro da Saúde, dentro da Segurança, dentro do Planejamento, do Transporte, dentro da Defesa Civil, enfim, em todas as pastas, pois se for criado um lugar que fique com a incumbência de fazer tudo pela pessoa com deficiência, a gente lança um olhar pra ela de especialidade e retira dos demais órgãos e da sociedade a responsabilidade para que todos enxerguem essa pessoa. Jéssica informa que já foi pauta deste conselho a necessidade de uma Secretaria, e desde que ela entrou aqui ela diz que não acredita que, um núcleo articulador dentro de uma outra pasta ele tem só a função de articular com as demais secretarias, com os demais serviços, com as entidades, com o conselho, organizações da sociedade civil e enfim, todas essas deliberações e encaminhamentos. Jéssica afirma que abrir uma Secretaria em pleno 2019 é retrocesso, e que, se fosse há vinte ou trinta anos atrás seria muito interessante e hoje deveria estar se pensando em ser uma das que seria eliminada, mas uma secretaria específica a nível municipal, ao seu critério, segrega e exclui ao invés de contribuir para inclusão. Após, conselheiro Enio pergunta para Ketlin, no que diz respeito à tramitação, ela afirmou que está no período das emendas, então, como esse projeto nasceu aqui, fundamentado no que a Presidente Jéssica acabou de falar também, questiona se temos alguma sugestão de alguma emenda em mente neste momento, para melhorar algum aspecto. Enio questiona se há necessidade do conselho intervir ainda na Câmara para propor alguma emenda, para melhoria. Conselheira Gévelyn manifesta que é interessante o conselho notificar ou se colocar à frente para dizer se está atento ao que está sendo debatido e sugere que o Conselho deveria notificar a Câmara de Vereadores, para que quem faz parte da competência do que foi feito nos explique como foi feita essa propositura. Gévelyn acrescenta que hoje tem uma Comissão da Pessoa com Deficiência dentro da Câmara. Jéssica concorda que pode ser oficiado. Na continuidade os conselheiros solicitam que seja feita a leitura do documento que tramita na Câmara e ainda que seja encaminhado a todos por e-mail, para o qual Jéssica procede à leitura do documento, Projeto nº 15. No mesmo consta que estabeleceremos no município uma Secretaria dos Direitos Humanos e determina sua estrutura e cargos e dentro desta haverá várias Coordenadorias, e uma delas será a das políticas públicas para a Pessoa com Deficiência. Gévelyn observa que está sendo apresentada uma Reforma Administrativa, sendo a nossa proposta a de um Núcleo da Pessoa com Deficiência e o que propõe o documento é uma Coordenadoria. Conselheiros alegam que dentro dessa Coordenadoria vai ter um núcleo, sendo porém esclarecido que o nome núcleo não aparecerá na Reforma Administrativa. Gévelyn observa que além de não falar em núcleo e sim em Coordenadoria, também não consta que será dentro da Secretaria de Inclusão e sim dentro da Secretaria dos Direitos Humanos. Na continuidade Jéssica procede à leitura do trecho referente ao Departamento de Gestão de Programas Especiais. Jéssica explica que dentro da Secretaria dos Direitos Humanos existe um Departamento de Gestão de Programas Especiais, embaixo do Departamento tem a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, Mulher, Pessoa Idosa e Juventude. Diante das dúvidas apresentadas pelos conselheiros, Jéssica esclarece que

Letícia

Imaculada



dentro da Secretaria tem uma Assessoria Executiva e três Departamentos, a) Departamento de Programas Especiais, b) Departamento de Gestão do Centro de Convivência e c) Departamento de Políticas Públicas Especiais. Jéssica explica que tem sete coordenadorias: 1. Coordenadoria da Rede de Voluntariado, 2. Coordenadoria de Manutenção, 3. Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, 4. Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, 5. Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência, 6. Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude e 7. Coordenadoria da Igualdade Racial. Conselheiros percebem que essa coordenadoria não está dentro da Secretaria de Inclusão Social e é questionado se será feita alguma emenda a esse respeito. Gévelyn alega que a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa deveria estar dentro da Secretaria da Pessoa Idosa, para o qual é esclarecido que não haverá mais Secretaria da Pessoa Idosa. Ketlin esclarece que a Secretaria dos Direitos Humanos fará o papel da transversalidade entre as demais políticas e que no organograma da Secretaria de Assistência Social ela segue o que preconiza a Nacional, dividido por Baixa, Média e Alta Complexidade. Jéssica explica que, dentro da estrutura que a gente tinha, o certo seria funcionar dentro da Secretaria de Inclusão, mas dentro da estrutura proposta através da Reforma, faz sentido se enquadrar dentro da Secretaria dos Direitos Humanos. Procede então à leitura do trecho correspondente à Secretaria de Assistência Social. Após leitura Jéssica questiona quem poderia vir tirar as dúvidas, caso existam. Ketlin informa que quem compilou todo o material que foi recebido das secretarias foi o pessoal da Controladoria. Conselheira Sarita questiona se existe alguma lei que diga que essas pessoas devem ser efetivas, para o qual a representante Ketlin explica que existem alguns cargos técnicos que são obrigatoriamente ocupados por cargos efetivos com capacitação técnica e a Prefeitura pode ou não indicar os efetivos, nos casos opcionais, acredita que o trinta por cento passará a ser obrigatoriamente efetivo técnico. Para esclarecer as funções da Coordenadoria, Jéssica procede à leitura correspondente às competências da Coordenadoria de Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência, subordinada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas Especiais da Secretaria de Direitos Humanos. Conselheiros falam que está muito abrangente. Jéssica fala que uma Coordenadoria de articulação não tem que executar serviço nem fazer atendimento, portanto precisa de uma análise mais profunda. Ketlin irá encaminhar o link da Câmara para que os conselheiros possam acompanhar. Conselheiro Dalmir manifesta que o deficiente precisa outras coisas que não constam nesse documento, e acredita que aumentaram as atribuições e fala no processo de estruturação organizacional é enxugamento e o que foi lido são ações de execução o que não condiz com o que está se preconizando. Acrescenta que, a maioria dos cegos de Balneário Camboriú não andam pela cidade por medo de serem assaltados, o que já aconteceu com um deficiente visual que relatou que estava caminhando pela Avenida Central e dois pivetes encostaram nele e levaram tudo que tinha. Conclui dizendo que as vezes pensam em fazer uma estrutura bonita e esquecem de fazer a inclusão efetiva, para o qual cita como exemplo a dança inclusiva. Conselheiro Enio questiona quem são os vereadores que mais tem dado atenção à questão da Pessoa com Deficiência, para o qual conselheiros falam que a



Comissão e a Presidente Jéssica explica que não se trata de fazer encaminhamento a vereadores específicos e sim à Comissão. Então o conselheiro sugere articular junto com a Comissão da Câmara, discutindo a Reforma Administrativa. Gévelyn sugere oficial o Presidente da Câmara pedindo que o Conselho faça parte dessa construção e já notificando as comissões. É esclarecido que já foi encaminhado pela Prefeitura para a Câmara analisar, e passou pela Comissão de Justiça o que significa que é considerado constitucional, então agora está indo para as comissões. É sugerido que seja pedida audiência com a Comissão das Pessoas com Deficiência para que apresente emendas. Gévelyn sugere que o Conselho reformule o texto e já coloque para apreciação. Encaminhamentos: O mesmo ofício para o Presidente e para a Comissão solicitando uma audiência para que ele explique ao Conselho o que está sendo aqui conduzido apresentado e ao mesmo tempo o conselho cria essa comissão especial (numa reunião extraordinária) e todos vêm com a leitura do projeto feita e com sugestões ou proposições de outros textos e nessa reunião é feita a entrega dessas proposições e se não acontecer a reunião, podem ser encaminhadas as proposições mas solicita que todos se comprometam a ler e fazer as suas contribuições, ou elaborações que podem ser feitas por tópicos. Gévelyn afirma que já tem algo construído pelo Conselho. Enio afirma que isso tem que ser encaminhado à Comissão da Câmara. Jéssica fala que devem ser encaminhados os dois projetos para todos os conselheiros, para todas as pessoas interessadas tanto da Central de novo como do projeto da Coordenadoria, do Departamento, do Núcleo. Jéssica explica que já foi encaminhado para os conselheiros da época mas solicita que façam uma releitura e para os novos terem conhecimento. Conselheira questiona se já conversaram com o Prefeito a respeito de algum projeto debatido no conselho e sobre qual projeto, para o qual Jéssica informa que conversaram sobre o projeto da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e da Central, sobre a participação dos conselheiros governamentais que tinham pouca participação. Encaminhamento: Ofício ao Presidente da Câmara e para a Comissão da Câmara para chamar para uma reunião de esclarecimento. Representante alega que quem pode esclarecer é o autor da proposta que é o Executivo. Conselheiros esclarecem que agora é o momento da emenda, por isso o conselho deve conversar com os Vereadores pois o projeto já foi. Gévelyn questiona se há a possibilidade do Conselho pedir fala no tema livre da Câmara de Vereadores para apresentar o projeto construído pelo conselho, para o qual conselheiro Dalmir manifesta que neste momento não cabe mais, que pode até apresentar mas está em fase final, pois o mesmo já foi apresentado. Conselheiros concordam que é momento de sugestão de emenda. Jéssica esclarece, a modo de responder os questionamentos da conselheira Sarita, que a reunião com o Prefeito aconteceu antes da implantação da Central. É sugerido designar três representantes do conselho para conversar com a Comissão da Câmara apresentando a recomendação do conselho e o resumo de propostas, para que os vereadores apresentem a emenda. Gévelyn sugere que essa comissão seja formada e se reúna antes de ir para a Câmara. Conselheiros interessados em fazer parte dessa comissão especial do CMDPD: Clever, Ana, Sarita, Jéssica, Luiz Henrique, Manon e mais três representantes. Presidente Jéssica coloca em deliberação da plenária se será feita uma extraordinária, ou se será



formada uma comissão com menos integrantes ou se será feito um sorteio e explica que ainda tem itens importantes na pauta desta reunião para serem discutidos. Jéssica explica que uma discussão com as nove pessoas que se colocaram a disposição seria difícil e que ela gostaria de participar mas que se tiver que deixar o lugar para a nova diretoria poder fazer parte o fará. Conselheiro Dalmir esclarece que a nova Diretoria não tem nada a ver com a comissão, e que a mesma pode fazer parte da comissão independente de fazer ou não parte da nova diretoria. Jéssica vota em fazer uma reunião extraordinária para dar espaço para que todos discutam e dessa comissão seriam indicadas duas pessoas que farão a reunião depois mas pede que venham para a extraordinária depois da leitura do texto da reforma, depois da leitura do projeto e com encaminhamentos definidos escritos para poder ter uma reunião otimizada. Gévelyn solicita que na composição dessa comissão sejam contempladas todas as deficiências, física, visual, auditiva, intelectual e mobilidade reduzida (são cinco pessoas). Fica combinado o dia e horário da reunião extraordinária para terça-feira dia 21 de maio, às 14 horas. Conselheira Ana justifica sua ausência na extraordinária pois trabalha na Univali e nesse dia não poderá comparecer. Passa-se então ao item da pauta referente à **Eleição da Mesa Diretora**. Presidente agradece cada um dos conselheiros, a Taisa, Ketlin, a Casa dos Conselhos e a entidade Amor pra Down que lhe deu a oportunidade de ser conselheira e com muita alegria fala que conseguiram organizar um pouco o conselho e na certeza que a próxima Diretoria também irá fazer sua parte e deseja muita parceria, sorte e informa que irá continuar como conselheira. Jéssica informa que teve o fórum no mês passado e estão aqui presentes os representantes das entidades homologadas: ICED, AFADEFI, ADVIR, ASBAC, HELEN KELLER, APAE, AMOR PRA DOWN, OAB, CREFITO 10, e UNIBAC. Informa que houve duplicidade em alguns segmentos e teve algumas representações que não tiveram inscrição e a idéia é conseguir, com as pessoas que se inscreveram, ocupar todas as representações. Nas entidades representantes da pessoa com deficiência física teve inscrição de ICED e AFADEFI, mas como outras representações não estavam inscritas não houve necessidade de eleição, ficando então AFADEFI como entidade representante de Pessoas com Deficiência Física e no ICED na representação da Rafaela ficaria na representação de Pessoas com Mobilidade Reduzida. Informa que no dia do fórum conversou com Gévelyn e com Rafaela as quais concordaram pois dentro do estatuto delas também tem. Na Deficiência Visual também teve duas inscrições, a ADVIR e Helen Keller, porém não teve nenhuma inscrição de entidades que representam pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, então ADVIR fica representando a Deficiência Visual e Helen Keller entraria na cadeira de Transtornos Globais de Desenvolvimento e legalmente não tem nenhuma objeção porque não teve inscritos. Na deficiência auditiva só uma entidade foi inscrita, que é ASBAC. Na deficiência intelectual a inscrição da APAE. Na inscrição de entidades com síndromes Amor pra Down. A OAB teve a representação desses dois advogados mas não puderam vir hoje. Como representantes de pais ou responsáveis legais das crianças e estudantes com deficiências Manon. Representantes de entidades de moradores a UNIBAC. Jéssica informa que UNIBAC enviou a inscrição depois do fórum, pelo qual deverão deliberar hoje se irão aceitar essa inscrição.



sendo que a Mauria estava representando a UNIBAC, foi até o Fórum mas fez a inscrição depois porque precisava do Presidente. É esclarecido que não teve inscritos nesse segmento de Representantes de Entidades da Sociedade Civil que atuam na causa da Pessoa com Deficiência. Da entidade de Trabalhadores o CREFITO 10. Jéssica informa que ainda tem uma cadeira aberta que é representantes de entidades de Estudo, Ensino, Pesquisa e Extensão com sede neste município, sendo que foi feito o convite, Presidente conversou com pessoas da UNIVALI mas não houve inscritos. Informa que tem uma pessoa que está interessada em assumir essa cadeira como representante. Gévelyn questiona a possibilidade do conselho fazer um Edital para o qual conselheiros consideram que seria mais burocracia e no caso, ao se apresentar a entidade o conselho pode abonar. Jéssica explica que essas são as representações das entidades não governamentais e com a nova lei o conselho ficou com dois terços da sociedade civil e um terço das secretarias municipais, com doze lugares para entidades da sociedade civil e seis para as secretarias municipais. Informa quais as secretarias municipais presentes no conselho: Educação, Esporte, Inclusão Social, Procuradoria, Saúde e Planejamento e dessas secretarias só falta a indicação da Procuradoria que já está sendo encaminhada. Jéssica informa que, conforme o Estatuto do Conselho, é feita a alternância da Presidência, entre governamental e não governamental e como ela estava representando uma entidade não governamental, deverá ser eleito um presidente governamental. Conselheira questiona a respeito disso, alegando que a presidência era governamental, mas que Jéssica ficou no lugar da presidente por ser vice-presidente. Ketlin explica que passou o prazo, pois se ela tivesse ficado três meses a cadeira seria não governamental mas, ela ficou mais da metade do tempo do mandato. Dalmir questiona se está no Regimento. Ketlin explica que o Regimento está baseado numa lei que não existe mais consequentemente está revogado, pelo qual deverá ser revisto e que ela está se fundamentando na nova Lei. Os conselheiros alegam que não haveria a necessidade da alternância. Ketlin informa que podem fazer mas, caso surja algum imprevisto o conselho assume o risco. Jéssica coloca para a plenária se há necessidade de uma discussão ou se podemos considerar a alternância, para o qual é deliberado proceder à eleição. Ketlin lembra que a gestão dos conselheiros é de dois anos mas o da Mesa Diretora é de um ano. Jéssica lembra que deve ser eleito um presidente governamental, e neste dia os governamentais titulares presentes são: Gévelyn, Aline, Acassia (já se ausentou), Ana Carolina, Sarita, Taisa e Fabrício. Jéssica pede que levante a mão quem gostaria de se candidatar à Presidência e será feita a votação. Jéssica fala da Gévelyn, de todo envolvimento e dedicação dela mesmo antes de ser nomeada conselheira e também por ser uma pessoa com deficiência o que considera brilhantemente necessário; fala também da participação da conselheira Aline desde que assumiu a titularidade na FME e esteve sempre contribuindo e manifesta que colocou para Secretária Mariana que gostaria que o Esporte assumisse a presidência do conselho, pois das seis secretarias, Planejamento nunca participou da reunião, a Saúde muito faltou, a Educação está nessa mudança de Departamento, da Procuradoria a Taisa já esteve na Presidência junto com Jéssica e não tem mais como assumir esse compromisso, restando somente o Esporte. Conselheiro



manifesta que é visível a pouca participação dos representantes governamentais mas tem melhorado e fala que a Gévelyn, mesmo antes de ser conselheira já era uma pessoa participativa e além disso com um amplo conhecimento em relação à pessoa com deficiência e o conselho precisa de representatividade. Jéssica abre espaço para que as outras pastas se manifestem, caso alguma delas queira concorrer à Presidência. Representante manifesta que acompanha o trabalho da Gévelyn pelas redes sociais e acha fantástico e dá apoio à mesma. Conselheiro manifesta que Jéssica sempre deu muita atenção e os manteve muito a par de todas as situações relacionadas ao conselho e eles têm um contato muito grande com a Gévelyn por estarem dentro da Prefeitura e trocam muitas idéias e ajudam no que podem e também dá total apoio ao nome da Gévelyn. Após **Gévelyn Cássia Almeida é eleita Presidente por aclamação**. Gévelyn se manifesta e relata que quando Jéssica procurou ela, pensou que Aline já vinha trabalhando como conselheira enquanto que ela participava só como ouvinte e participou só uma reunião como conselheira pela UNIBAC porque quando entrou como conselheira já terminava a gestão e que sua maior preocupação era em relação à pessoa da Aline, que é uma pessoa atuante e que para aceitar o convite conta com a colaboração de cada um, pois precisa de pessoas para estarem ajudando e vai ter momentos em que ela vai faltar em decorrência do trabalho e explica que ela é bem mais direta na hora de cobrar as coisas e que gostaria de contar com esse modo apaziguador da Jéssica que ela não tem e conta com todos para poder estar aceitando essa missão e fica altamente grata pelas palavras de cada um. Na continuidade é feita a eleição de um vice-presidente não governamental: sendo **eleito por aclamação o conselheiro Enio Gomes para vice-presidente**. Para Primeira Secretária é sugerido o nome de Rafaela, para o qual a conselheira Gévelyn esclarece ao conselho que Rafaela faz parte da mesma entidade dela, mas diante da ciência do conselho, todos entendem que isso não é impedimento e conseqüentemente, **é eleita por aclamação para Primeira Secretária a conselheira Rafaela Cruz Inácio**. Segundo Secretário governamental: Conselheiros sugerem o nome da conselheira Sarita, mas conselheiros explicam que irão perder a função dela como intérprete e a mesma também manifesta que não possui muito tempo disponível. Ketlin esclarece as funções do secretário. Após, **é eleita por aclamação a conselheira Taisa de Oliveira Duwe**. Finalmente Dalmir agradece a todos por esse tempo e pede desculpas pelo jeito dele fazer as colocações e fala que irá participar como ouvinte e se coloca à disposição do conselho. Ana Carolina também se coloca a disposição diz que aprendeu bastante e agradece a todos. Taisa expressa que é a pessoa mais antiga deste conselho, pois faz parte há dez ou onze anos e viu muitas faces e nesta gestão em que a Jéssica assumiu, por problemas de saúde na família pediu para Jéssica assumir e muitos frutos estão sendo colhidos, frutos deste conselho, e fala na participação de todos os conselheiros e agradece a todos. Sem mais a ser tratado, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a seguinte ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais. *Chana Maria Cipri;*

Aline Grinwald
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]